



FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR LESTE  
INDEPENDENTE - FRETILIN



UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE  
U D T

CONVERGÊNCIA

COMUNICADO CONJUNTO

Na sequência de anteriores contactos em boa hora iniciados sob os auspícios do CDS, Delegações da FRETILIN e da UDT reuniram-se desde sexta-feira, dia 14 de Março de 1986, na sede do GATIMOR (Gabinete dos Assuntos de Timor), em Lisboa, tendo abordado questões de fundo sobre a situação em Timor Leste com vista a delinear acções conjuntas para a defesa dos interesses do Povo Timorense.

A fim de esclarecer a opinião pública sobre este momento histórico vivido pelas duas formações políticas com indeclináveis responsabilidades na questão de Timor Leste, as duas Delegações desejam comunicar o seguinte:

1 - A FRETILIN e a UDT, através das suas estruturas em Lisboa, tomaram a iniciativa de encetarem encontros bilaterais, cientes das suas responsabilidades para com o seu Povo e para corresponder desse modo às expectativas que lhes foram manifestadas nesse sentido por diversos sectores de opinião;

2 - Estes encontros iniciaram-se, em 16 de Dezembro de 1985, tendo o CDS desempenhado neste processo um imprescindível papel de mediação, a qual as duas partes desejam que seja prosseguida e alargada a outras forças políticas portuguesas;

3 - Como fruto dos anteriores contactos, foram já tomadas algumas iniciativas conjuntas, tais como:

- audiência com o Sr. Dr. Lucas Pires, na sua qualidade de Deputado ao Parlamento Europeu;
- audiências com os candidatos à Presidência da República, Srs. Drs. Mário Soares, Salgado Zenha e Prof. Diogo Freitas do Amaral.

Não foi possível conseguir uma audiência com a Sra. Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo, por na altura se encontrar ausente de Lisboa.

4 - As duas Delegações reafirmam o papel preponderante de Portugal pelas responsabilidades que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa e



FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR LESTE  
INDEPENDENTE - FRETILIN



UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE  
U D T

COMUNICADO CONJUNTO

Na sequência de anteriores contactos em boa hora iniciados sob os auspícios do CDS, Delegações da FRETILIN e da UDT reuniram-se desde sexta-feira, dia 14 de Março de 1986, na sede do GATIMOR (Gabinete dos Assuntos de Timor), em Lisboa, tendo abordado questões de fundo sobre a situação em Timor Leste com vista a delinear acções conjuntas para a defesa dos interesses do Povo Timorense.

A fim de esclarecer a opinião pública sobre este momento histórico vivido pelas duas formações políticas com indeclináveis responsabilidades na questão de Timor Leste, as duas Delegações desejam comunicar o seguinte:

1 - A FRETILIN e a UDT, através das suas estruturas em Lisboa, tomaram a iniciativa de encetarem encontros bilaterais, cientes das suas responsabilidades para com o seu Povo e para corresponder desse modo às expectativas que lhes foram manifestadas nesse sentido por diversos sectores de opinião;

2 - Estes encontros iniciaram-se, em 16 de Dezembro de 1985, tendo o CDS desempenhado neste processo um imprescindível papel de mediação, a qual as duas partes desejam que seja prosseguida e alargada a outras forças políticas portuguesas;

3 - Como fruto dos anteriores contactos, foram já tomadas algumas iniciativas conjuntas, tais como:

- audiência com o Sr. Dr. Lucas Pires, na sua qualidade de Deputado ao Parlamento Europeu;
- audiências com os candidatos à Presidência da República, Srs. Drs. Mário Soares, Salgado Zenha e Prof. Diogo Freitas do Amaral.

Não foi possível conseguir uma audiência com a Sra. Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo, por na altura se encontrar ausente de Lisboa.

4 - As duas Delegações reafirmam o papel preponderante de Portugal pelas responsabilidades que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa e

pelo Direito Internacional. Daí, apontam a necessidade de uma maior articulação, tanto a nível de informação como no da acção político-diplomática entre os Representantes do Estado Português e os legítimos Representantes do Povo de Timor Leste;

5 - Manifestam a sua preocupação pelo facto de a Indonésia prosseguir uma importante ofensiva diplomática, tanto no seio da CEE como nos Países Não-Alinhados, e a ausência de uma resposta adequada por parte de Portugal junto dos seus aliados, apesar da existência de um amplo consenso na opinião pública portuguesa no apoio e defesa da luta do Povo de Timor Leste pela Auto-determinação e Independência;

6 - A fim de dar maior divulgação às acções conjuntas já realizadas e responder às expectativas criadas, as duas Delegações decidiram realizar uma Conferência de Imprensa conjunta, no próximo dia 24/3/86, na qual se há-de assinalar também a passagem do 3º Aniversário das Conversações Preliminares entre o Comando Supremo das Forças indonésias em Timor Leste e o Comando Supremo das Forças da Resistência Nacional Timorense, representado pelo Comandante Xanana Gusmão, em 23 de Março de 1983;

7 - Nesta hora difícil, as duas Delegações desejam curvar-se perante a memória de todos os que deram a sua vida pela Liberdade do Povo de Timor Leste e apelam a todos os timorenses no exterior e a todos os homens de boa vontade e amantes da Liberdade dos Povos para apoiarem sem desânimos a heróica luta dos que, nas montanhas de Timor Leste, continuam a resistir animados pelo ideal de Liberdade e Independência.

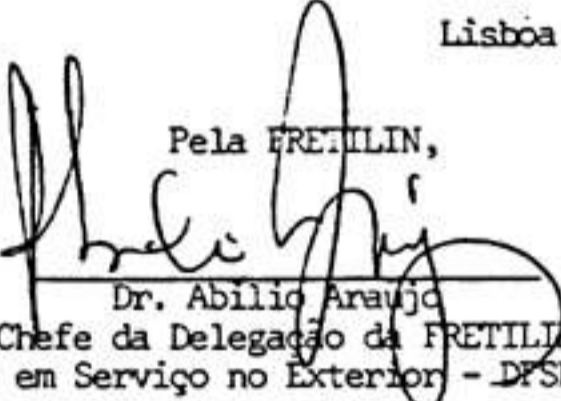
Por isso, saúdam todos os Povos, Nações e Estados que têm vindo a apoiar a causa do Povo timorense, nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

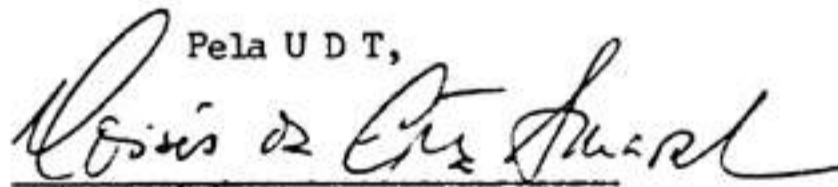
Saúdam também o Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, a quem apelam, mais uma vez, no sentido de fazer respeitar e aplicar as Resoluções da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança.

Ao Povo português manifestam o seu profundo reconhecimento pela estima com que os timorenses têm sido acolhidos e tratados em Portugal.

8 - Finalmente, as duas Delegações assinalam como facto positivo e extremamente significativo a posição claramente assumida pelo Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, no discurso proferido no Acto Solene da Tomada de Posse, ao afirmar, perante os mais altos representantes de vários Países, as responsabilidades de Portugal na defesa do Direito do Povo de Timor Leste à Auto-determinação e à Independência.

Lisboa, 18 de Março de 1986.

Pela FRETILIN,  
  
 Dr. Abílio Araújo  
 Chefe da Delegação da FRETILIN  
 em Serviço no Exterior - DFSE

Pela U D T,  
  
 Dr. Moises da Costa Amaral  
 Presidente da Comissão Política da UDT



**FRENTE REVOLUCIONARIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE**  
**(REVOLUTIONARY FRONT FOR AN INDEPENDENT EAST TIMOR)**

**FRETILIN**

Conferência de Imprensa dada conjuntamente pela UDT (União Democrática Timorense) e pela FRETILIN, em 24 de Março de 1986, em Lisboa.

Breve Declaração Política pronunciada pelo Dr. Abílio Araújo, Chefe da DFSE -Delegação da FRETILIN em Serviço no Exterior, em nome da Direcção Política da FRETILIN:

Ilustres representantes dos Órgãos de comunicação social

Saudamos, em primeiro lugar, a vossa presença responsável e amiga nesta Conferência de Imprensa conjunta da FRETILIN e da UDT.

Como é do conhecimento público, ela vem encerrar um longo período de um duro e conturbado processo de relacionamento entre os dois maiores partidos políticos de Timor Leste ao mesmo tempo que inaugura um novo capítulo na vida e luta do Povo Maubere pela defesa e salvaguarda dos seus direitos à auto-determinação e à Independência.

Este acontecimento resulta, acima de tudo, da constatação de uma realidade amarga e dolorosa que é a ameaça do genocídio do Povo Maubere, e da necessidade de responder a ela, unindo todas as forças combatentes de Timor Leste em todas as Frentes de Resistência: a Frente Interna, nas suas componentes militar, política, social e cultural, e a Frente Externa, nas suas vertentes diplomática e informativa.

A FRETILIN está ciente deste evento histórico e das repercussões que irá ter no desenvolvimento da nossa luta, a curto e médio prazo. Por isso, quero aproveitar esta oportunidade para saudar a Direcção da UDT pela receptividade com que acolheu a iniciativa da FRETILIN no sentido de iniciar conversações entre ambas as partes.

Nesta hora de convergência nacionalista de esforços não quero deixar de salientar o consenso existente quanto à necessidade de manter a autonomia e independência das opções políticas, filosóficas e doutrinárias patentes nos Programas Políticos da FRETILIN e da UDT.

Em Timor Leste haverá lugar para todos quantos honestamente queiram contribuir para a sua Reconstrução. Todos não seremos muitos para um Povo que, entre várias perdas, já viu perecer 200.000 (duzentos mil) filhos seus.

Senhoras e senhores

Ontem, assinalámos o 3º Aniversário das Conversações Preliminares entre o Comando Supremo das Forças Indonésias e o Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional e Comandante-em-Chefe das FALINTIL, Kay Rala Xanana Gusmão.

Esta data assume um particular significado nesta etapa de luta. Há três anos, as autoridades indonésias contrariaram a sua retórica propagandística de que não havia nenhuma resistência organizada à sua ocupação ao terem aceite sentar-se à mesma mesa, nas áreas controladas pelas FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste) com o líder máximo da Resistência, em Timor Leste, Kay Rala Xanana Gusmão.

Esta mesma Resistência prossegue hoje. A vastíssima informação proveniente de Timor Leste de fontes diversas confirma a continuação da Resistência e da Luta Armada. Há, porém, um enorme esforço em a ocultar. Assim, assiste-se ao esforço dos generais indonésios em promover a figura do Governador fantoche do Tim Tim (nome com que os indonésios designaram a suposta 27ª. Província), o Sr. Mário Carrascalão. Sabe-se mesmo da preparação de uma viagem à Austrália do mesmo Sr.

destinada a fazer campanha do chamado desenvolvimento de Timor. Perguntamos: Porque é que a Indonésia não procura antes de mais convencer a ficar em Timor Leste os milhares de Timores que estão inscritos nas listas da Cruz Vermelha Internacional?

Da nossa parte tudo faremos para denunciar esta campanha orquestrada pela Indonésia. Ao mesmo tempo, queremos desafiar a Indonésia a aceitar a organização de eleições livres em Timor Leste e supervisionadas internacionalmente para se certificar da vontade do nosso Povo quanto ao seu futuro.

Ao Estado Português apelamos no sentido de jamais alijar as suas responsabilidades para com o nosso Povo.

À Comunidade Internacional reafirmamos que os combatentes mauberes e as Forças Nacionalistas jamais aceitarão solução alguma que lhes venha a ser imposta e, reclamam, desde já, a participação dos seus legítimos representantes em todos os actos que visem encontrar uma solução justa, estável e duradoura para o caso de Timor Leste.



## UDT - UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

D E C L A R A Ç Ã O

A UDT assume a responsabilidade histórica de com a FRETILIN dar corpo a algumas iniciativas conjuntas com vista a obter uma solução justa e digna para a questão de Timor Leste.

Esta decisão foi tomada conscientemente, após ponderação de todos os riscos a ela inerentes, mas com a certeza adquirida de estarem pela primeira vez criadas as condições necessárias ao seu êxito, devidas à existência de circunstâncias favoráveis, tanto no plano político como no ético e jurídico.

Na verdade, a mediação do CDS conferiu aos encontros já efectuados uma base institucional séria, cuja validade e solidez não poderão ser postas em causa. Por outro lado, tanto a FRETILIN como a UDT encontram-se no exercício pleno das suas responsabilidades como legítimos representantes do Povo de Timor Leste, até que seja encontrada uma solução definitiva. No plano ético, a transparência das posições mútuas encontra-se suficientemente garantida pela abertura, franqueza e lealdade até agora postas de parte a parte na abordagem de questões fundamentais e dos objectivos a atingir.

Estas circunstâncias foram, são e continuarão a ser possíveis, porque as duas partes desejam respeitar-se mutuamente na sua identidade própria e nas características que as distinguem, nomeadamente as decorrentes da sua ideologia, doutrina e filosofia, bem como nas suas responsabilidades históricas. Embora reconheçam que Timor é uma entidade histórica e política diferenciada que não pertence a nenhum grupo em particular mas ao Povo timorense no seu todo, a FRETILIN e a UDT reivindicam que são, pelas suas responsabilidades específicas, emanações naturais dessa mesma realidade e, por isso, desejam corresponder-lhe.

É por isso que a UDT se congratula com o facto de a FRETILIN reconhecer a necessidade de as duas formações conjugarem esforços na defesa do direito inalienável do Povo timorense à autodeterminação. A UDT que injustamente tem sido conotada com a tese integracionista, assume-se na sua vertente nacionalista que a tem caracterizado nos momentos mais difíceis da sua existência na sua luta pela sobrevivência como uma espécie de "última barreira a transpor".

Apesar disso, a UDT não cederá à tentação das soluções fáceis e precipitadas que a experiência provou serem fatalmente trágicas. Procurará defender intransigentemente a sua própria identidade como medida de respeito por si própria e como ponto de partida para um diálogo sem ambiguidades, trazendo para discussão propostas coerentes que possam contribuir para uma solução estável e duradoura.

Assim, a UDT reafirma a sua identidade como uma formação política situada na área da Democracia Cristã. Em relação a Timor, defende que a identidade do Povo de Timor Leste resultou da presença secular de Portugal no território. Tal presença

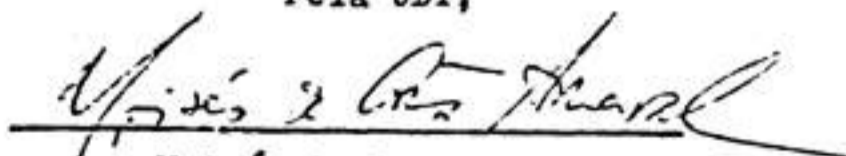
contribuiu posteriormente para tornar mais evidente uma entidade que de certo modo já existia antes de se iniciar esse contacto. A esse propósito, vem a talhe de foice recordar que Timor Leste não foi uma "colónia" na sua origem, mas foi o resultado de um "contrato" ou de um "pacto" celebrado livremente entre dois povos, no qual o elemento religioso exerceu um papel preponderante de estruturação.

Por isso, reconhecendo que Portugal continua, por força do direito internacional e por imperativos constitucionais, a afirmar as suas responsabilidades relativamente ao futuro de Timor Leste e do seu Povo, a UDT, secundando as justas aspirações de todos os Timorenses espalhados pelos quatro cantos do Mundo, deseja aproveitar esta oportunidade para dirigir ao Senhor Presidente da República e ao Governo, na pessoa do Senhor Primeiro Ministro, <sup>um apelo</sup> no sentido de por todos os meios políticos e diplomáticos implementar a defesa intransigente do direito do Povo timorense à autodeterminação, mobilizando para esse efeito todo o capital político resultante da recente integração na Comunidade Económica Europeia.

Por último, a UDT deseja testemunhar que das conversações até agora havidas entre Delegações da PRETILIN e da UDT resultou já um consenso sério e profundo entre as duas formações políticas para a defesa da instauração de um regime democrático, de tipo ocidental, em Timor Leste. Trata-se de um dado importantíssimo e fundamental, para cuja consolidação tanto a UDT como a PRETILIN desejam o contributo decisivo de todas as forças políticas portuguesas, para que este facto novo possa contribuir para um mais correcto posicionamento da questão de Timor Leste, no plano internacional, de modo a concitar as atenções para o que efectivamente está em causa: a defesa do direito internacional e dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Lisboa, 24 de Março de 1986.

Pela UDT,

  
Moisés da Costa Amaral

Presidente da Comissão Política da UDT